

Debate: o que a Constituinte está fazendo pelas cidades?

É preciso disciplinar o processo de urbanização do País. Este foi o único conselho na primeira sessão do simpósio "O Brasil Urbano na Constituição", realizada ontem de manhã no prédio da reitoria da USP, na Cidade Universitária. O tema, "O Infra-Urbano e as Peculiaridades Regionais", foi discutido pelo ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz; o reitor da USP, José Goldemberg; o ex-prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz; o prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares, além de professores, arquitetos, deputados, vereadores e representantes da SBPC, que promoveu o simpósio.

Para Figueiredo Ferraz, a solução do problema da urbanização — no trecho de 400 quilômetros entre Rio e São Paulo, por exemplo, está concentrado 60% do PNB do Brasil, atraindo uma enorme corrente migratória que vive uma vida de pobreza e subemprego e não conta com transportes coletivos, educação e saúde — só virá com "uma transformação radical na estrutura desenvolvimentista brasileira, que é eminentemente concentradora e exerce uma concentração violenta ao redor de alguns pontos em detrimento de outras áreas". Já Alceu Collares, acha que "nenhuma reforma que se possa fazer se fará numa estrutura pública pode, que somente com uma revolução poderá ser profundamente alterada", com o que não concorda Figueiredo

Ferraz, para quem a mudança só poderá ser feita "através de procedimentos administrativos e legislação condizente, fria e racional".

Por isso, o ex-prefeito de São Paulo acredita que a Constituinte deveria estar fazendo uma análise do processo de desenvolvimento urbano no País — que hoje acontece de forma livre e espontânea e cria problemas insuperáveis. Os parlamentares, segundo Figueiredo Ferraz, deveriam estar preocupados em criar condições para discipliná-los, mudando, inclusive, algumas formas de pensar sobre o assunto. "O desenvolvimento urbano é um problema genérico de desenvolvimento nacional, e inclui o desenvolvimento agrário. E, quando se pretende resolver o problema urbano apenas dentro dele, estamos cometendo uma aberração. A solução está fora dele", afirmou.

Figueiredo Ferraz acha que é preciso haver medidas de descentralização, "de distribuição mais equitativa do desenvolvimento nacional". Para isso, segundo ele, é urgente que se faça a distinção entre os municípios que fazem parte das regiões metropolitanas e dos municípios convencionais, do interior dos Estados. "Eles não podem ter tratamento igual", disse. "Um município da região metropolitana é uma cidade cercada de cidade por todos os lados, e o município convencional é uma cidade cercada por uma grande área rural, portanto, com problemas muito diferentes", frisou.

O ex-prefeito disse, também, que por ser um "fenômeno de natureza nacional" o crescimento urbano e rural deve ser disciplinado por um poder central, porque não será o município que, a seu ver, conseguirá conter as migrações "imensas, distantes". Para Alceu Collares, no entanto, o município é a "alma" de todo o desenvolvimento, e a articulação social tem de surgir dos municípios, através de conselhos de bairros, donas-de-casa e trabalhadores. O prefeito de Porto Alegre criticou a Constituinte, e disse que não acredita na reforma agrária, "porque a elite não faz reforma agrária em nenhum país, faz apenas concessões, e como estamos sendo dirigidos por elas, não teremos a reforma agrária e muito menos a urbana".

Já o professor da FEA, Heinrich Rattner, afirmou que toda e qualquer intervenção deve partir de uma compreensão global do problema, e com uma visão em quatro níveis diferentes: da localidade, da micro-região, do Estado Nacional e do Sistema Internacional. "Normalmente, as análises se restringem aos dois primeiros níveis", disse, lembrando que "é difícil planejar com poderes de forças externas e que são desconsideradas". E explicou que deve haver uma reorientação de prioridades, gerando mais empregos no mercado interno para fixar temporariamente uma parcela da população em suas cidades de origem.

Erminia Maricato, professora da Facul-

dade de Arquitetura e Urbanismo, reclamou: "Vocês precisam falar sobre coisas concretas". Ela integra o Movimento pela Reforma Urbana do Estado de São Paulo, que reúne 48 entidades estaduais e municipais que participaram do debate para apresentar emendas constitucionais sobre a questão urbana. E conta que, apesar do pouco tempo, foram recolhidas 150 mil assinaturas em todo o País — cerca de 55 mil em São Paulo —, todas encaminhadas ao Congresso. Erminia disse que, nesse período, pôde constatar o quanto a questão urbana é ignorada, pelos partidos políticos e pelos próprios parlamentares.

Crescimento urbano

Na segunda sessão do simpósio, à tarde, foi discutido o tema "Diversidade Nacional e Organização Territorial". O presidente da mesa foi José Albertino Rodrigues, vice-presidente da SBPC, e os expositores, Lúcio Alcântara, membro da subcomissão para a Questão Urbana na Constituinte; Plínio Assmann, ex-presidente do Metrô; Elias Corrêa Camargo, do Sindicato da Indústria da Construção Civil, e Nestor Goulart Reis Filho, representante do SBPC junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU.

Segundo os debatedores, a falta de uma política de desenvolvimento urbano resulta em crescimento desorganizado, desembocando em baixo nível educacional, habitacional, alimentar e no aumento dos índices

de mortalidade e violência urbana. E por que um país como o Brasil não trata melhor a questão do crescimento urbano? Por um lado, falta representatividade política da população urbana e, por outro, a memória brasileira ainda é agrária — estas são as respostas. Tanto que o substitutivo que está em discussão na Comissão de Sistematização trata muito mais da reforma agrária, deixando a urbana diluída e esparsa por todo o texto.

"O substitutivo reflete a forma como é vista esta questão: não como um todo, é sim de forma atomizada. Pensa-se isoladamente na moradia e no transporte público ou em saneamento. Além disso, a representatividade política deste tipo de população é mínima", disse Maurício Nogueira Batista, coordenador de Política e Legislação Urbana do CNDU.

E, então, voltou-se à discussão: a questão urbana deve ser descentralizada da União? Para José Albertino Rodrigues, "é tudo uma questão de decisão. Há o poder local e o dos municípios. Mas há assuntos como abastecimento, água e energia que não podem ficar independentes da União". Para ele, o importante é a concentração de esforços em todos os níveis e a definição de uma política urbana, uma vez que a sociedade urbana é extratificada: "Há desde os que ganham em dólares até quem não têm nem meio salário mínimo de remuneração no fim do mês".